

ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Capa: Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

PATRIMÓNIO DO CÔA: NOVO ESCLARECIMENTO À OPINIÃO PÚBLICA*

por

Vítor Oliveira Jorge

I. PONDERANDO COM ISENÇÃO

No momento em que escrevo (18.03.95), a questão do património do Côa parece centrar-se, redutora e simplisticamente, em duas posições antagónicas: a “**pró-barragem**” e a “**pró-gravuras**”. Criadas as condições para uma polémica pública em torno do sim ou não (sempre a de maior eco nos órgãos de comunicação social), para a maioria dos cidadãos que tem acompanhado o assunto, incluindo a comunidade científica, o problema equaciona-se, ao que julgo, nos termos seguintes.

1. Quem defende a construção da barragem normalmente relaciona-a com:
 - grandes investimentos já feitos e compromissos assumidos, constituindo o abandono ou até a paragem temporária da obra um custo demasiado elevado, impossível de pagar pelos meios ao dispor do nosso país;
 - criação de postos de trabalho na região e factor de desenvolvimento futuro da área do interior;
 - necessidade de produção de energia eléctrica para o país e, conjuntamente ou em alternativa, reserva estratégica de água, nomeadamente tendo em vista a sua transferência para o Sul do país e, em particular, para o empreendimento do Alqueva;
 - o facto de se não ter provado que, com a construção da barragem, e consequente inundação sob a sua albufeira, as “gravuras paleolíticas” praticadas nos xistos se deteriorem. Há até quem defenda — mesmo adentro da comunidade científica — que as gravuras, debaixo de água, ficarão mais protegidas. O único inconveniente seria o de, durante umas quatro gerações (cerca de um século que

* Texto publicado no jornal *Diário de Notícias* de 30-03-95.

a barragem poderá ter de vida), a sua observação ser impossível. Mas, que teríamos a perder assim de tão importante, se tais gravuras já estiveram no olvido durante cerca de 200 séculos e ninguém deixou de viver por causa disso? Por outro lado, as “gravuras” estariam assim protegidas de todos os vandalismos que, se ficarem ao ar livre, e com a publicidade que já lhes foi dada, não deixarão de se verificar, dada a tradicional tendência portuguesa para não prestar a devida atenção ao património, acabando, uma vez passada a fase do entusiasmo e dos propósitos líricos, por se deixar tudo ao abandono. Quem se poderia, então, responsabilizar por uma tal situação, nomeadamente pela ira das populações que se sentiriam enganadas, uma vez mais, com propostas vãs que jamais veriam concretização prática? O melhor é fazer como se tem feito em certas grutas paleolíticas “decoradas”: registar o melhor possível e fechar tudo (neste caso, alagar), permitindo aos interessados que observem cópias, réplicas, filmes, etc.

— são essencialmente os arqueólogos, ou alguns deles, eventualmente interessados em se assenhorearem do prestígio do estudo e publicação de tão notável conjunto, e os ecologistas, uns e outros “fundamentalistas” do património e do ambiente, e portanto renitentes ao “progresso”, que se opõem à barragem. Para estes senhores “esclarecidos”, que não dispensam o conforto das cidades em que vivem, o interior seria uma espécie de “reserva” de natureza selvagem e primitiva que, com as suas marcas do passado humano, formaria um todo, restabelecedor de energias psíquicas e físicas para ultrapassar o stress em períodos de férias;

— mas, se os arqueólogos acham as gravuras tão importantes, porque é que deixaram acontecer um facto destes, chegar-se a um dilema tão extremo, quando uma observação mais cuidadosa do vale já poderia atempadamente ter detectado o santuário paleolítico há muito tempo, evitando tão grave escândalo e custo para a imagem de Portugal? Agora, é tarde demais;

— em suma, a barragem de Foz Côa representa um factor de progresso inequívoco para a região e para o país, um bem praticamente inquestionável, um dado adquirido, e quem anda a tentar travar o processo é apenas um impecilho, um renitente teimoso, fechado nas suas posições e incapaz de dialogar abertamente, com os pés assentes na terra, com o conjunto das partes envolvidas;

— a paragem da obra teria custos imensos de popularidade e consequências políticas nefastas, principalmente em ano de eleições.

2. Quem, pelo contrário, opta pela defesa intransigente das “gravuras” advoga que:

— elas são um património histórico, cultural e artístico, de valor mundial, uma vez que constituem o maior conjunto de arte rupestre paleolítica ao ar livre conhecido no planeta;

— jornais e especialistas credenciados de todo o mundo, numa atitude que

envergonha Portugal, estão a acusar o nosso país e seus actuais governantes de vandalismo, pedindo insistentemente ao governo português que suspenda tal acto, dado que se trata de um património que pertence à humanidade;

— tudo indica que as “gravuras” se não conservarão bem, ou se não conservarão de todo, dentro de uma albufeira, principalmente se esta estiver sujeita a oscilações de nível, sabendo-se que o pior que pode acontecer aos complexos xistosos (apesar da sua diversidade) é o facto de serem submersos, embebidos de água, e depois sujeitos a um processo de secagem (caso em que estalariam). Também nas zonas profundas a acidez da água será intensa, alterando ou destruindo as gravuras por fenómenos químicos. Quer dizer, este património, debaixo de água, desagregar-se-á, destruir-se-á mais ou menos irremediavelmente;

— não são só as “gravuras” paleolíticas praticadas nos xistos e grauaques do Côa que são um importante património histórico-cultural. Há também ali abrigos pintados (para sul, já na área dos granitos, que parece conter igualmente motivos paleolíticos, além de outros mais recentes), arte rupestre que vem até à Idade do Ferro e às épocas históricas, povoados pré-históricos, sítios romanos, medievais, quintas modernas onde se produz vinho fino, dito “do Porto”, etc.;

— todo o vale do Côa constitui um património ecológico e histórico-cultural que importa preservar, nas suas valências paisagísticas, de flora e fauna, etc., podendo ser rentabilizado sob a forma de um parque natural e arqueológico que criará muito mais postos de trabalho e fará de Foz Côa uma região visitada por turistas (de qualidade) de todo o mundo, à semelhança de Stonehenge na Inglaterra, de Val Camonica na Itália, ou do Mont Bégo em França;

— os especialistas da Unesco que visitaram o Côa e elaboraram um relatório que apresentaram ao governo português e ao Presidente da República recomendaram a feitura de um vasto conjunto de estudos, a constituição de uma equipa internacional de peritos para os realizarem, a paragem temporária das obras para que tal seja possível, e a criação de um museu de sítio que, em qualquer dos casos (barragem ou não barragem) fique a servir de elemento de elucidação de todo o valor patrimonial em causa.

II. AGORA, UMA PEQUENA PARTE SARCÁSTICA

Os dias passam, os políticos vão agendando visitas ao Côa e ponderando se “aquilo” pode dar votos, a Assembleia da República ouve os arqueólogos e estes vão-se desdobrando em declarações públicas, os jovens fazem diversas iniciativas anti-barragem (“as gravuras não sabem nadar”, ou “não nos ensinam arqueologia, dêem-nos antes um curso de escafandrismo”), os jornais vendem, as obras prosseguem, o Presidente da Câmara de Foz Côa, agora famoso, já não é capaz de

contar as entrevistas que deu, o governo diz que precisa de mais estudos para tomar posição, a EDP diz que não tem nada a ver com isto e só executa, certos cientistas da pedra dizem que só se poderiam pronunciar se..., depois de... aturados estudos, mas que também não têm tempo para, etc., etc. Entretanto, os donos de cafés, restaurantes e pensões locais estão fazendo dinheiro (coisa que a barragem nunca lhes tinha proporcionado) e há já indivíduos pronunciando conferências ou publicando artigos por esse mundo sobre a arte do Côa, com o intuito de a divulgar, claro. Meia dúzia de pessoas, em Foz Côa e noutros pontos do país, angustia-se com o que acontece, trabalha o mais que pode para esclarecer e se esclarecer no meio deste ruído informativo, mas o problema é deles; coitados, apaixonaram-se por isto, precisavam de uma causa. Ganharam visibilidade, protagonismo. *So far, so good.*

O pior é que o divertimento vai, mais cedo ou mais tarde, acabar. Diz-se que a barragem tem um ponto de não retorno (tornar-se-á irreversível) em Agosto, ou talvez antes. E depois, meus meninos, tudo de novo ao trabalho, que quem pode pode, quem manda manda, quem ganha com o betão e o resto não está aqui para brincadeiras, quem pode deixa-se ir até à ópera ou para o laboratório, que se faz tarde, e assim esquece-se esta maçada. Que diabo, há muita outra cultura para fazer, tanta outra coisa para investigar, espectáculos lindos para ouvir e ver! Temas e temas para outros tantos jornais, até ao fim dos séculos! Fronte erguida, compatriotas, que podemos bem com o facto dos outros nos chamarem vândalos. Os senhores do governo, se dizem que isto é complexo, lá sabem porque o fazem. E a verdade é que a gente precisa de beber, de regar os campos, de acender a luz, da vidinha. Cultura, aquelas fragas riscadas, isso nunca deu de comer a ninguém. Biba o pobo, biba portugal, biba o progresso e o sucesso!

III. ONDE O TEXTO VOLTA A SER A SÉRIO

Quando, nos fins do séc. XIX, se descobriu a arte das grutas paleolíticas (estão hoje conhecidas umas trezentas, concentradas no Sul de França e extremo Norte de Espanha) houve uma polémica imensa sobre a sua autenticidade. Seria possível selvagens de há 30.000 ou 20.000 anos terem feito obras de arte? Tendo-se admitido finalmente que sim, elas não poderiam servir para outro fim que não fosse o daqueles homens e mulheres se distraírem, durante os longos invernos glaciários, fechados nas grutas, exprimindo o seu gosto estético emergente através dos bisontes, dos cavalos, dos bois, e de outras figuras. A arte era, como hoje, uma expressão (então titubeante) de beleza gráfica, absolutamente gratuita, feita ao sabor da ocasião.

A observação de indígenas de outros pontos do mundo, vivendo da caça-recoleção, e exprimindo-se por meio de sinais pintados em grutas, ou outras

formas plásticas, veio abrir os olhos para o facto de, afinal, tais actos serem atitudes sociais e não individuais, estarem impregnados de uma intencionalidade consciente. A “arte” paleolítica passou então a ser explicada por motivações mágicas; as figuras dos animais seriam realizadas com o fim de assegurar a sua apropriação na caça, ou a sua reprodução e fertilidade. Mas cada motivo continuava a ser encarado isoladamente, independente do suporte.

Até que chegámos aos anos 60 do nosso século e os Profs. Laming-Emperaire e Leroi-Gourhan (sobretudo este último) operaram uma revolução na forma de encarmos a “arte das cavernas”. Estas eram um todo organizado, em que cada figura, fosse ela um animal, uma figura humana, ou um sinal esquemático, tinha relação com as outras e com a sua localização topográfica no interior da gruta. Não só estávamos, pois, perante “mitogramas”, ou seja, grafismos que serviam de suporte a uma mitologia estruturada, como eles faziam sistema entre si e com o contexto físico em que tinham sido implementados.

Uma relação entre dois princípios fundamentais podia discernir-se, seg. Leroi-Gourhan: bisontes ou auroques, por um lado, e cavalos, por outro, eram as figuras mais abundantes, e/ou mais em destaque nos painéis. Rodeavam-nos uma série de outros animais, nomeadamente cervídeos, que se encontravam em regra em posição periférica ou secundária, ou em lugares de passagem das cavidades. Estas tornavam-se, assim, autênticos santuários subterrâneos, locais sagrados, tanto mais misteriosos quanto, muitas vezes, as primeiras figurações nos aparecem longe da entrada e portanto na total obscuridade desses sítios, cujo silêncio só é interrompido, às vezes, pelo correr de um riacho subterrâneo ou pelos pingos de água a cair do tecto. As grutas eram como templos cristãos ou mesquitas muçulmanas; e a rica iconografia que revestia as suas paredes não estava ali por acaso nem ao acaso, nem teria sentido sem a própria gruta que lhe servia de contexto, que lhes dava sentido.

O mesmo acontece, sabemos-lo agora, nas estações de ar livre, de que o Côa é, de longe, o melhor exemplo mundial. Por isso se torna tão fulcral perceber isto: **a razão pela qual não podemos afundar as gravuras do Côa é que elas, por si sós, não tinham há 20.000 anos, nem teriam agora, significado algum.** O complexo de gravuras paleolíticas daquele rio, debaixo de água, ficava estragado, mesmo que cada uma das suas imagens (suposição bem problemática, para não dizer mesmo impossível) se conservasse. Porque a obra de arte, o monumento a preservar, era o vale — o equivalente ao ar livre de uma gigantesca gruta — e não cada conjunto de gravações de per si. Painéis com gravuras e sem gravuras, acidentes de terreno, cursos de água, toda a geomorfologia do vale é, em suma, neste caso, a verdadeira valência cultural que temos de decidir preservar ou não. Se a decisão for não, saibamos o que estamos a estragar: estamos a cometer um crime hediondo contra a memória da nossa espécie. O mundo jamais nos per-

doará. Se decidirmos preservá-lo, as instâncias internacionais ajudar-nos-ão neste esforço, não só meritório, mas eticamente obrigatório. É preciso desde já levar o assunto a Bruxelas e ao Parlamento Europeu, a todos os foros internacionais, para colhermos conselhos, ajudas. É preciso parar as obras agora. Em prol do autêntico progresso. É um acto de coragem que honra quem o tomar.

Porto, Março de 1995

TODOS TEMOS A VER COM O CÔA*

por

Vitor Oliveira Jorge

Como tem sido largamente noticiado, no vale do rio Côa, no NE. de Portugal, existe um património cultural *único no mundo*, constituído por centenas, se não milhares, de gravuras datáveis do Paleolítico Superior (com c. 20.000 a 17.000 anos). Mas também abrigos sob rocha com pinturas da Pré-história recente e numerosas gravuras da Proto-história, além de povoados de todas as épocas, da Idade do Cobre (3º milénio a.C.) à época contemporânea.

Esse património, devido em grande parte ao isolamento da região, e à diminuta comunidade arqueológica portuguesa (tudo índices do nosso atraso de décadas em relação a outros países europeus, resultado do regime retrógrado que sofremos antes de 1974), era desconhecido até há alguns anos. Mas, do mal, o menos: assim chegou aos nossos dias em estado de ainda ser conservado, estudado, e valorizado, constituindo um bem cultural e económico extraordinário.

Ou seja, *pela primeira vez*, em termos de património arqueológico, temos em Portugal, país, apesar de tudo, relativamente pobre neste domínio, *algo que não existe em mais parte alguma do mundo*, e com o qual podemos contribuir para a memória da humanidade no seu todo.

Se perdermos o Côa, perderemos o que de melhor temos para oferecer neste campo, em termos científicos, culturais e turísticos. Por isso, repetimos: a sua destruição pela construção da barragem de Foz Côa seria um holocausto tremendo, provavelmente o maior crime do século contra o nosso património cultural.

Por mais que compreendamos as razões afectivas que levam os autores do projecto a defendê-lo a todo o transe, há que encarar a situação de frente, estudando alternativas e desviando para outros rios, depois dos necessários estudos, as valências económicas que se pretendiam obter do Côa, e que neste caso redundariam em catástrofe. Se respeitamos o trabalho investido por técnicos de engenharia na preparação desta obra, contra os quais nada nos move, já não

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 23-05-95.